



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**TRADIÇÃO E MODERNIDADE: OS MORADORES DA
COMUNIDADE DO GRILO COMO PROTAGONISTA SOCIAL**

REJANE DA SILVA BARROS

Campina Grande – PB

2012

REJANE DA SILVA BARROS

**TRADIÇÃO E MODERNIDADE: OS MORADORES DA
COMUNIDADE DO GRILO COMO PROTAGONISTA SOCIAL**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em
Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual
da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção
de título de graduada.

Orientadora: Maria Lindaci Gomes de Souza

Campina Grande – PB

2012

B277t

Barros, Rejane da Silva.

Tradição e modernidade [manuscrito]: os moradores da comunidade do grilo como protagonista social / Rejane da Silva Barros. – 2012.

40 f.: il.: color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2012.

“Orientação: Profa. Dra. Maria Lindaci Gomes de Souza, Departamento de História”.

1. Cultura Afro-brasileira 2. Remanescentes Quilombolas 3. Tradição e Modernidade 4. Etnia I. Título.

21. ed. CDD 306.8

REJANE DA SILVA BARROS

**TRADIÇÃO E MODERNIDADE: OS MORADORES DA
COMUNIDADE DO GRILO COMO PROTAGONISTA
SOCIAL**

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Licenciatura Plena em
História da Universidade Estadual da
Paraíba, em cumprimento à exigência
para obtenção de título de graduada.

Aprovada em 22/06/2010.


Prof. Dr. Maria Lindaci Gomes de Souza / UEPB
Orientadora


Prof. Ms. Matusalém Alves de Oliveira / UEPB
Examinador


Prof. Esp. Anselmo Ronsard Cavalcanti / UFCG
Examinador

DEDICATÓRIA

À minha filha, Manuela, que abriu mão de momentos de convívio, que sofreu a minha ausência, quando o dever e o estudo chamaram-me, que compreendeu a falta de tempo, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À Deus, meu grande amigo, das horas triste, alegres, certas e duvidosas, obrigado por mais uma conquista.

Aos meus avôs João Barros e Alaíde Mendes Barros, por ter me ensinado a ter sonhos e conseguir realizá-los, em especial ao meu querido, pai e avô (*in memoriam*), que deixou um exemplo de persistência e fé.

À minha filha Manuela, pelo imenso amor por mim.

Ao meu companheiro Jose de Assis Albuquerque (BEL), pelo apoio e incentivo, durante todo esse percurso e pelo carinho que sempre me dedicou. Pois, nossas conquistas se tornam bem maiores quando podemos compartilhá-las, com pessoas que realmente amamos.

Aos meus irmãos, Marta e Marcone, que sempre compreendeu as minhas ausências, dando apoio nos momentos difíceis.

À minha orientadora M^a Lindaci, que com humildade e extrema competência soube me conduzir neste trabalho.

À todos os colegas de curso, com os quais tive oportunidade de aprender.

À todos os professores, que direto ou indiretamente contribuíram para o êxito deste trabalho.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender a odiar, pode ser ensinado a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que seu oposto.”

Nelson Mandela.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. CAPÍTULO I:	12
Os Quilombos: origem e atualidade	12
2.1 – Origem dos Quilombos	14
2.2 – Os Quilombos contemporâneos	14
3. CAPÍTULO II:	20
Os remanescentes quilombolas na Paraíba	20
4. CAPÍTULO III:	24
Comunidade remanescente quilombola do Grilo: identidades e políticas sociais	24
4.1 – Identidade e territorialidade da Comunidade Quilombola do Grilo	28
4.2 – A Comunidade Quilombola do Grilo: formação do seu perfil atual	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
6. REFERÊNCIAS	40
7. ANEXOS	41

RESUMO

Neste trabalho construímos a história da comunidade Grilo, no qual buscamos valorizar as histórias de homens e mulheres negras, suas lutas, seus conflitos, seu cotidiano. Procuramos dar ênfase às memórias e práticas culturais que, de algum modo, permaneceram ligadas ao passado escravista e contribuíram na construção da sua identidade étnica. Neste sentido, no primeiro caminho, tecemos uma discussão no tocante à temática da escravidão, sobre o termo quilombo e seus desdobramentos até os dias atuais, além disso, apresentamos a comunidade Grilo ao leitor, descrevemos o lugar e sua gente. No segundo caminho, analisamos a origem e desenvolvimento na sociedade atual das comunidades remanescente quilombola na Paraíba, desde seu processo de formação até sua inserção na sociedade contemporânea. No terceiro momento, destacamos a Comunidade Quilombola do Grilo, desde sua origem, e permanência, refletimos que aspectos contribuíram na construção da identidade da comunidade. Assim, no trabalho, buscamos quais práticas culturais da comunidade colaboraram na constituição da sua identidade étnica, por meio do reconhecimento da área, entrevista e aplicação de questionário semi-estruturado. A partir do trabalho desenvolvido, podemos verificar que as mudanças vem ocorrendo, mas lentamente, de forma segregada, que os problemas de ordem socioeconômica são as mais citadas, e com a modernização da comunidade, para muitos, principalmente os jovens, a sua identidade vem se perdendo, enquanto que por outro lado, o preconceito em relação a sociedade ainda é muito forte, e faltam ações que reduzam os problemas já existentes.

Palavras-chave: Remanescentes Quilombolas, tradição e modernidade.

ABSTRACT

In this paper we built the history of Grilo, in which we seek community valuing the stories of men and black women, their struggles, their conflicts, their daily life. We seek to give emphasis to the memories and cultural practices that somehow remained connected to the slave past and contributed to the construction of their ethnic identity. In this sense, in the first way, weaves a discussion regarding the issue of slavery, on the term quilombo and its consequences to the present day, moreover, we present the Grilo community to the reader; we describe the place and its people. In the second way, we analyze the origin and development in current society remaining quilombola communities in the State of Paraíba, since its formation until its insertion in contemporary society. On the third time, we highlight the Quilombola community of Grilo, since its origin, and permanence, reflect what aspects contributed to the construction of the community's identity. Thus, at work, seek what cultural practices of the community cooperated in the establishment of their ethnic identity, through the recognition of the area, interview and questionnaire application semiestuturado. From work, we can verify that the change has taken place, but slowly, so segregated, that the problems of socio-economic order are the most cited, and with the modernization of the community for many, especially young people, his identity has been lost, while on the other hand, the bias towards the society is still very strong, and there are actions that reduce the existing problems.

Keywords: Quilombola Remnants, tradition and modernity.

1. INTRODUÇÃO

O quilombo constitui questão relevante desde os primeiros focos de resistência dos africanos ao escravismo colonial, reaparece no Brasil/república com a Frente Negra Brasileira (1930/40) e retorna à cena política no final dos anos 70, durante a redemocratização do país. Trata-se, portanto, de uma questão persistente, tendo na atualidade importante dimensão na luta dos afro-descendentes.

Falar dos quilombos e dos quilombolas no cenário político atual é, portanto, falar de uma luta política e, conseqüentemente, uma reflexão científica em processo de construção.

O movimento quilombola é uma vertente no meio rural. E faz parte da história desse movimento da ruralidade, mas que mostra também o perfil de toda uma sociedade.

A escolha da pesquisa em questão foi definida por ser vista como de fundamental importância para que gerações futuras tenham acesso à história dos seus antepassados e poder contribuir para que tal fato aconteça que possa ser fortalecido o processo de formação da identidade quilombola.

Ademais, a pesquisa se torna importantíssima à medida que se constata que são poucos trabalhos produzidos academicamente sobre a comunidade do Grilo. Neste sentido, a nossa proposta é interessante do ponto de vista da problemática, principalmente quando observarmos que nos últimos anos as comunidades quilombolas da Paraíba, assim como em âmbito geral estão passando por algumas mudanças. E em relação à Comunidade do Grilo, essa realidade também vem ocorrendo. Neste sentido, a pesquisa buscou analisar uma comunidade negra, comunidade reconhecida como remanescentes de quilombo na cidade do Riachão do Bacamarte - PB.

A pesquisa em questão teve por objetivo refletir sobre as forma de vida dos moradores da comunidade do Grilo, a relação entre tradição e modernidade que ocorrem na localidade. Analisando como ocorre a construção das identidades enquanto remanescentes de quilombo. Ainda no âmbito desta pesquisa, analisamos também as práticas culturais desta comunidade e novas problemáticas.

Essa abordagem da história do movimento negro no Brasil, por meio do estudo de caso da comunidade quilombola do Grilo, no município do Riachão do Bacamarte,

na Paraíba, teve como procedimento metodológico uma revisão bibliográfica sobre as comunidades quilombolas no Brasil e sua participação na Paraíba.

Em seguida a realização da pesquisa *in locu* por meio de entrevista a líder comunitária do Quilombo do Grilo e a demais representantes e a aplicação de questionário semi estruturado à parcela da comunidade, com foco nas residências as quais possuem alguns dos mais antigos moradores.

2. OS QUILOMBOS: ORIGEM E ATUALIDADE

A formação de quilombos no Brasil, que em sua maioria não duravam por muito tempo, teve uma distribuição através do dinamismo em que se encontrava a atividade escrava. Contudo é necessário fazer uma observação de que quando tratamos de quilombos como forma de resistência, é relevante compreender a sua continuidade, pois historicamente definiram as formações quilombolas como forma de se revoltar contra o sistema escravista e pouco se discutiu sobre a permanência desses territórios, muito ocupados por negros na pós-abolição.

A escravidão no Brasil teve sua distribuição peculiar a cada região. A escravidão negra no país tem início com a busca por alternativas para sanar a ausência de mão-de-obra que se adequasse ao projeto da grande lavoura. Portanto o negro é trazido da África como elemento fundamental para a agricultura, contudo, houve outras funções que ocupasse os escravos africanos no desenvolvimento da propriedade escravista.

Segundo Moura (1987, p.8), essa uniformidade da presença do escravo nas diversas regiões do Brasil garantiu a continuidade da escravidão. Os escravos foram distribuídos de acordo com os interesses da economia colonial, na medida em que se desenvolviam as economias regionais, subordinadas às necessidades do mercado externo.

A população negra escrava foi distribuída da seguinte maneira, quanto ao desenvolvimento da economia colonial: Nordeste - desenvolvimento do plantio da cana-de-açúcar, de fumo, de cacau e algodão; Rio de Janeiro e São Paulo - o trabalho nas fazendas de cana-de-açúcar e de café; em Minas Gerais, com irradiação para Mato Grosso e Goiás - o trabalho escravo voltado para a mineração. Contudo, houve os serviços domésticos e urbanos, que se desenvolveram praticamente em todas as regiões (MOURA, 1987, p. 14).

A reconstrução dessa identidade necessitaria de unidade física, ou seja, o sentimento de possuir fronteiras físicas, o negro africano a princípio encontrou essa segurança nos momentos coletivos na senzala, posteriormente essa identidade esteve presente nos refúgios quilombolas, onde puderam manter suas raízes e preservar sua memória.

As insurreições e a quilombagem, partindo do pressuposto de organização escrava, foi uma das formas que mais surtiram efeito frente ao regime escravista. Essas

rebeldias coletivas caracterizavam-se pela revolta organizada, tendo mais expressão nas insurreições armadas, a fuga para as matas, resultando nos quilombos, que embora movimentos efêmeros, causaram impactos na sociedade escravista.

A expressão Quilombo, deriva da palavra Kilombo da língua Mbundo do tronco lingüístico Banto, com significado provável de sociedade como manifestação de jovens africanos guerreiros/as, Mbundo, dos Imbangala. Também a etimologia da palavra deriva do Quimbundo (Kilombo) significando ‘acampamento’, ‘arraial’, ‘povoação’, ‘capital’, ‘união’ e ainda ‘exército’. Em alguns lugares do nosso país, os quilombos também recebiam o nome de “mocambos”(MUNANGA, 2001, p.25).

Em seu significado original, “quilombo” se referia a um lugar de repouso utilizado por populações nômades. No Brasil, a palavra tomou uma nova dimensão: chamava-se quilombo uma comunidade de escravos fugitivos. Nessas comunidades vivia-se de acordo com a cultura originalmente africana – seja em âmbito cultural, religioso ou social. Em alguns quilombos, inclusive, tentou-se até mesmo a nomeação de reis tribais.

Dedicados à economia de subsistência e raramente ao comércio, alguns quilombos tiveram sucesso. Escondidos no meio das matas, aqueles que prosperaram se transformaram em aldeias.

No período de escravidão no Brasil (séculos XVII e XVIII), os negros que conseguiam fugir se refugiavam com outros em igual situação em locais bem escondidos e fortificados no meio das matas. Estes locais eram conhecidos como quilombos. Nestas comunidades, eles viviam de acordo com sua cultura africana, plantando e produzindo em comunidade. Na época colonial, o Brasil chegou a ter centenas destas comunidades espalhadas, principalmente, pelos atuais estados da Bahia, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Alagoas.

Na ocasião em que Pernambuco foi invadida pelos holandeses (1630), muitos dos senhores de engenho acabaram por abandonar suas terras. Este fato beneficiou a fuga de um grande número de escravos. Estes, após fugirem, buscaram abrigo no Quilombo dos Palmares, localizado em Alagoas.

Os quilombos representaram uma das formas de resistência e combate à escravidão. Rejeitando a cruel forma de vida, os negros buscavam a liberdade e uma vida com dignidade, resgatando a cultura e a forma de viver que deixaram na África e

contribuindo para a formação da cultura afro-brasileira (MUNANGA, 2001, p.37). Contudo, até os dias atuais muitas lutas são travadas em busca da igualdade racial.

2.1 - Origem dos Quilombos

Os quilombos são definidos como locais de aglutinação de indivíduos marginalizados pela ordem escravocrata colonial e imperial, marcados pela presença majoritária, mas não única, de negros evadidos da escravidão e caracterizando-se como um centro de resistência ao modelo escravista da sociedade brasileira (ALBERTI & PEREIRA, 2007, p. 310)

Esses núcleos de comunidades negras sobreviveram, em muitos casos, até os dias atuais, como comunidades isoladas, predominantemente rurais e distantes dos modelos socioeconômicos e cultural do restante da sociedade nacional.

Os quilombos recebem proteção especial da Constituição Federal, com base nos artigos 68 e 216, além da legislação federal, através do Decreto Lei nº4.887 de 20 de novembro de 2003.

Segundo o Artigo 68 da Constituição Federal, aos remanescentes das comunidades quilombolas que estejam ocupando as suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Comunidades de remanescentes quilombolas são grupos sociais com uma mesma identidade etnocultural e delimitada por sua mesma territorialidade. Suas ligações com o passado quilombola residem na sobrevivência de antigas tradições culturais e de produção, além da reprodução de um modo de vida desvinculado daquele predominante na sociedade envolvente. (ALBERTI & PEREIRA, 2007, p. 310)

2.2 - Os Quilombos contemporâneos

A existência dos territórios quilombolas, atualmente, e muitas vezes defendidos pela própria historiografia e por movimentos sociais, é compreendida como forma de preservar e designar o pertencimento étnico dos grupos que são caracterizados como de exclusividade negra, originários da escravidão, da resistência e que praticam o isolamento defensivo, contudo não devem ser vistos como isolados sociais ou culturais.

São considerados remanescentes de comunidades de quilombos os grupos que se formaram a partir de uma grande diversidade de processos, através de fugas, ocupando terras livres e geralmente isoladas, através de heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, etc (SCHMITT, 2002, p. 3).

No quilombo, como nas senzalas, existiam escravos de diferentes regiões da África, que possuíam culturas, idiomas, e crenças religiosas distintas, motivo que dificultava a constituição de uma identidade étnica, sendo que muitas das raízes culturais foram mescladas. Evidenciada nos ritmos *afros* no Brasil, assim como no próprio sincretismo religioso, sendo considerado um dos mecanismos para a sobrevivência da identidade africana no país, e no período escravista, como forma de refugiar-se da repressão. Conforme Brazil (2002), o afro-brasileiro encontrou no sofrimento, na indignação e na angústia, a inspiração necessária para manter sua subjetividade.

A procura incessante pela identificação e pela incorporação da memória, esta impregnada por raízes africanas, não condiz necessariamente como instrumento de preservação das comunidades remanescentes de quilombos. Movimentos sociais, instituições envolvidas com causas anti-racistas e políticas públicas de afirmação possuem uma visão colonial da estrutura sócio-cultural destas comunidades. Assim como a própria identidade cultural fragmentou-se, num movimento permanente de construção da identidade, nas comunidades não se utilizam ritos e mitos africanos como práticas culturais no seu cotidiano.

A maioria dos quilombos no país surgiu por um motivo em comum, e a proposta de liberdade rompeu as cercas que envolviam os escravos na labuta, bem como dentro da senzala, e lhe deu caminhos para chegar até as matas e florestas e formar um quilombo, um espaço que lhe permitia conservar sua memória, cultivar suas terras, para o seu sustento.

Muitos permaneceram em seus territórios até os dias atuais. Outros se formaram após a abolição em decorrência da miséria em que viviam na urbanidade das cidades e da difícil concorrência com os imigrantes nas fazendas. Houve também escravos que compraram extensões de terras para morarem e cultivarem.

Após a abolição, os quilombolas ainda estão próximos a terra, porém o único laço que lhe permitem viver. Atualmente os quilombos são considerados territórios de resistência cultural e deles são remanescentes os grupos étnicos raciais que assim se

identificam. É determinado como comunidades negras de quilombos conforme os costumes, as tradições e as condições sociais, culturais e econômicas específicas que os distinguem de outros setores da coletividade nacional.

A continuidade dessas terras quilombolas ganhou destaque quando na Constituição de 1988, os remanescentes de quilombos garantiram o direito de posse desses territórios. Com a legalização dessas *terras quilombolas* os afro-brasileiros conquistaram o direito de manter e preservar suas tradições, bem como se volta ao sentimento de pertencimento ligado a terra. Porém, como alerta Moura (2006:331) afirma que não existe consenso jurídico para se utilizar o texto constitucional, por divergências sobre a auto aplicabilidade, fato este que gera discussões.

Essa forte ligação com a terra é visto como uma continuidade dos quilombos no contexto histórico, em que buscava sua liberdade. Atualmente busca refúgio na tentativa de sobreviver. A manutenção destas comunidades, para os afro-brasileiros que descendem dos escravos negros é relevante tanto no ponto de vista cultural, onde preservam "sua identidade", ou procuram identificar-se, como também uma forma de ter na terra uma relação produtiva para sua subsistência.

Segundo Silva (2000, p. 267), o reconhecimento dos direitos das comunidades negras rurais às suas terras pressupõe a revisão de procedimentos técnicos e jurídicos dos órgãos afetos à questão do ordenamento jurídico agrário, territorial e ambiental para reconhecer e incorporar as diferenças étnicas e culturais.

A partir de novas definições, uma comunidade rural e, a seguir, urbana, como "*quilombola*", não é reconhecida através de sua origem em um quilombo, na pré-Abolição, mas da pressuposição quilombola de grupo social de ancestralidade africana. Conforme afirma Maestri (1984:9-19):

A legalização das terras dos chamados *remanescentes de quilombos* brasileiros passa hoje pelas discussões em torno da questão da identidade e da territorialidade. Portanto não se aplica o conceito histórico de quilombo para análise dessas comunidades. Assim, utilizar a definição de *comunidade negra rural* seria mais próximo da realidade encontrada atualmente. Após a Abolição, essas comunidades "deram origem a um campesinato negro que tendeu a se fechar sobre si, como já o haviam feito os *caboclos* descendentes de nativos.

Atualmente, o foco da luta quilombola está direcionado para a questão do reconhecimento e titulação dessas terras, pois ao longo do período pós-abolição até os

dias de hoje uma quantidade não mensurável de comunidades negras rurais vem perdendo suas terras ancestrais, vítimas de violentos e criminosos processos de expropriação.

Um importante marco histórico para a compreensão da questão quilombola na atualidade é o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCTs) da Constituição Brasileira de 1988, que garante aos remanescentes de quilombos o direito da titulação definitiva de suas terras (ODWYER, 2002). Esse artigo causou grande mobilização por parte dos quilombos existentes no país, o que surpreendeu a todos os estudiosos devido ao grande número de comunidades que passaram a reivindicar seus direitos. O Brasil desconhecia a existência de tantos territórios quilombolas e a injusta situação em que a maioria vive, sem os títulos definitivos das terras que ocupam por décadas ou séculos.

Ora, se por tanto tempo a invisibilidade e o silêncio foram às estratégias dos quilombolas para resistirem sem serem percebidos ou incomodados pela sociedade, Contudo, que nem todos os quilombos adotam formas religiosas ditas afro-brasileiras. Em alguns quilombos poderemos encontrar predominância do catolicismo ou mesmo de igrejas evangélicas.

É interessante notar que muitas comunidades que se negavam a falar sobre sua origem, agora passariam a buscar as memórias perdidas de seu passado quilombola para poder atestar sua identidade e se afirmar como legítimos mercedores das políticas estabelecidas pelo governo federal.

É nesse sentido que apontamos o termo “requilombamento” Carneiro (2008, p.102), se muitas comunidades estavam se esquecendo de seu passado, hoje, a maioria delas tem empenhado inúmeros esforços para resgatar a identidade e o orgulho quilombola. Nesse sentido, muitas tradições são revividas, relidas e reinventadas.

A modernidade e o processo contínuo de transformação do tempo e do espaço não ficaram ao largo dessas comunidades; ao contrário, muitas delas, que ficavam em áreas distantes meios urbanos, hoje se encontram em valorizadas áreas urbanas, como é o caso do Quilombo Sacopan, que fica numa das áreas mais cobiçadas do Rio de Janeiro, à beira da Lagoa Rodrigo de Freitas, que é um dos cartões postais mais conhecidos do Brasil (CARNEIRO, 2008, p.106).

O objetivo da política federal trata de estabelecer acesso a terra e melhores condições de vida a essas comunidades que ocupam suas terras, nelas produzindo e

vivendo, por muito tempo, sem, contudo, terem seus títulos e, por isso, vivem ameaçadas de terem seu patrimônio expropriado – fato comum para a maioria delas.

Em grande parte das comunidades remanescentes de quilombo, e visível algumas características comuns, especialmente as manifestações religiosas e culturais, o sistema de organização familiar e comunitário particular – no qual predominam normalmente uma ou duas famílias apenas com grande número de uniões consangüíneas, o plantio de produtos de alimentação básica (como arroz, feijão, milho, mandioca), criação de pequenos animais (aves e suínos), trabalho comunitário e solidário grandes conhecimentos sobre plantas medicinais etc.

Quase todos os quilombolas vivem sob a tensão e os conflitos gerados pela não titulação de suas terras, que são cobiçadas por representantes da sociedade hegemônica e que elaboram diversas estratégias para destituir essas terras dos quilombolas. Por tudo isso, a compreensão do quilombo como território da liberdade, permanece pertinente nos dias de hoje: muitas comunidades negras ainda não conquistaram seu direito ao território demarcado e ainda estão sujeitas a processos de expulsão de suas terras (CARNEIRO, 2008, p.98).

Muitas dessas comunidades se tornam alvo de críticas e de questionamentos quando decidem reivindicar seus direitos, pois muitos ainda não reconhecem seus direitos legais e nem mesmo o respeito que lhes é devido.

Existem projetos para que as comunidades quilombolas sejam estendidas a outros setores da sociedade brasileira, decorrente da necessidade de se elaborar um amplo projeto de reforma agrária no país, no qual se estabeleça titulação e distribuição de terras e de teto aos trabalhadores rurais e urbanos que se encontram destituídos dos seus direitos de existência e de reprodução, ou seja, destituídos do direito às suas próprias territorialidades.

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecido a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (Constituição Federal, 1988).

O texto da Constituição brasileira de 1988 estabelece o direito de propriedade aos remanescentes de quilombo. Atualmente, a política do Governo Federal trabalha com duas etapas fundamentais da demarcação dessas terras.

A primeira delas é a titulação emitida pela Fundação Cultural Palmares através da elaboração do Laudo Antropológico, no qual seja atestada a etnologia e a territorialidade de uma comunidade como remanescente de quilombo. Sabemos, contudo, que a compreensão do termo quilombola extrapola, hoje, a histórica definição de quilombo como terra de escravos fugitivos. Por isso, estabelece-se o critério da auto-definição para cada comunidade.

Segundo o INCRA, não são mais os técnicos ou cientistas que atestam se uma dada comunidade é remanescente de quilombo ou não. Agora, é a própria comunidade que define o seu reconhecimento. Cabe aos antropólogos, geógrafos, historiadores e demais profissionais envolvidos reconhecer traços da herança étnica de um grupamento negro territorialmente estabelecido.

A segunda etapa desse processo fica a cargo do INCRA e é precisamente o processo de certificação das terras que passa pela avaliação, desapropriação e entrega da titulação definitiva destas à comunidade quilombola. Uma questão interessante é que essas terras que são demarcadas para a comunidade quilombola não se tornam propriedades privadas; elas são consideradas bens coletivos, entregues às respectivas associações comunitárias, não podendo ser desmembradas ou vendidas, a exemplo das terras indígenas.

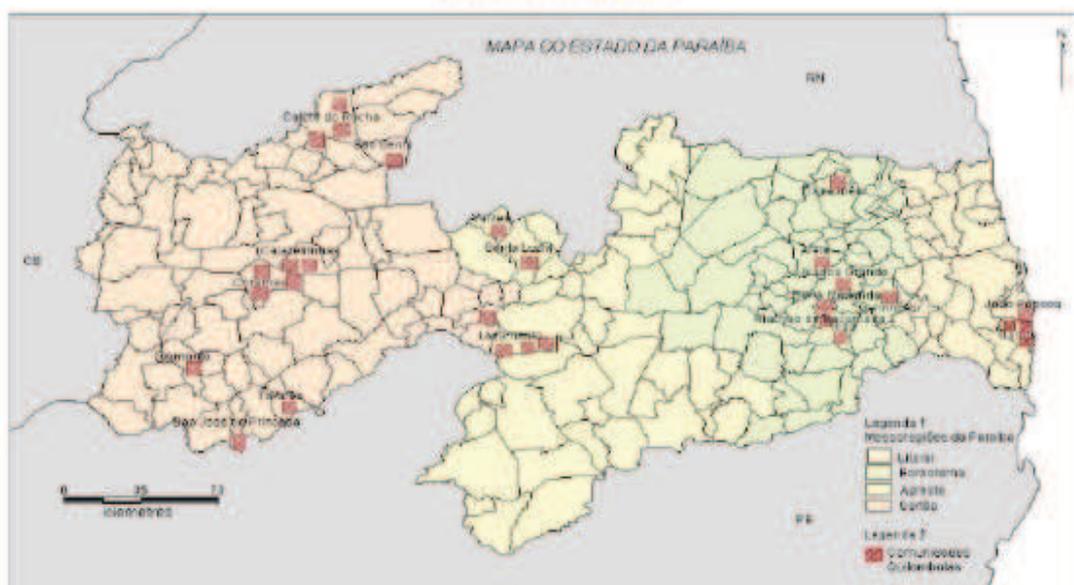
Atualmente, o foco da luta quilombola está direcionado para a questão do reconhecimento e titulação dessas terras, pois ao longo do período pós-abolição até os dias de hoje uma quantidade não mensurável de comunidades negras rurais vem perdendo suas terras ancestrais, vítimas de violentos e criminosos processos de expropriação (OLIVEIRA: 2007).

Além disso, a insuficiente verba disponibilizada para o INCRA, órgão responsável pela implementação do processo de regularização, faz com que os trâmites de reconhecimento e titulação sejam lentos, beneficiando poucas comunidades por ano.

3. OS REMANESCENTES QUILOMBOLAS NA PARAÍBA

As comunidades quilombolas estão espalhadas por todo o país, apenas os Estados do Acre e Roraima não possuem registros de comunidades remanescentes de quilombos. De acordo com o INCRA-PB, o Estado da Paraíba possui 33 comunidades quilombolas, distribuídas da mesorregião da Mata Paraibana ao Sertão.

Mapa 01: Distribuição Espacial das Comunidades Quilombolas no Estado da Paraíba atualizada até out. 2009.



Fonte: Base Digital do AESA
 Base de dados: Fundação Cultural Palmares
 Sistematização dos Dados: Macena, H. L. S.
 Elaboração do Mapa Temático: Jorge Wander de Carvalho Nascimento

A primeira comunidade a ser reconhecida como remanescente de quilombo, no Estado, foi a comunidade Serra do Talhado, localizada no município de Santa Luzia, no ano de 2004. Um local isolado e de difícil acesso, a comunidade do Talhado já despertava curiosidades desde os anos de 1960, principalmente após a produção do documentário Aruanda de Linduarte Noronha, nesta mesma década, como destaca Melo e Nóbrega (2006, p. 37). A partir de então, outras comunidades começaram a pleitear a certificação junto a FCP.

No ano de 2006 houve um crescimento considerável do número de comunidade certificada, não só na Paraíba, mas também em todo o país, fato impulsionado pelo processo eleitoral de 2006. Já no que se refere ao decréscimo notado nos anos 2007 a 2009, existe a possibilidade da quantidade de comunidades remanescentes de quilombo

estejam saturada, além da limitação das entidades de apoios as comunidades, uma vez que o processo de reconhecimento depende muitas vezes de estímulos de terceiros.

ORDEM	DATA DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO	COMUNIDADE	MUNICÍPIO
1	04/06/2004	SERRA DO TALHADO	SANTA LUZIA
2	25/05/2005	MATÃO	GURINHÉM
3	25/05/2005	ENGENHO BÔNFIG	AREIA
4	25/05/2005	PEDRA D'ÁGUA	INGÁ
5	08/06/2005	CAIANA DOS CRIoulos	ALAGOA GRANDE
6	08/06/2005	PITOMBEIRA	VÁRZEA
7	12/07/2005	COMUNIDADE URBANA DE SERRA DO TALHADO	SANTA LUZIA
8	19/08/2005	MITUAÇU	CONDE
9	20/01/2006	VINHAS	CAJAZEIRINHAS
10	12/05/2006	GRILLO	RIACHÃO DO BACAMARTE
11	12/05/2006	IPIRANGA	CONDE
12	07/06/2006	COMUNIDADE NEGRA DE MÃE D'ÁGUA	COREMAS
13	07/06/2006	COMUNIDADE NEGRA DE SANTA TEREZA	COREMAS
14	07/06/2006	COMUNIDADE NEGRA DE BARREIRAS	COREMAS
15	07/06/2006	COMUNIDADE NEGRAS CONTENDAS	SÃO BENTO
16	07/06/2006	UMBURANINHAS	CAJAZEIRINHAS
17	28/07/2006	COMUNIDADE NEGRA DE GURUGI	CONDE
18	28/07/2006	COMUNIDADE NEGRA DO SÍTIO MATIAS	SERRA REDONDA
19	28/07/2006	COMUNIDADE NEGRA PARATIBE	JOÃO PESSOA
20	28/07/2006	COMUNIDADE NEGRA RURAL LAGOA RASA	CATOLÉ DO ROCHA
21	13/12/2006	CURRALINHO/JATOBA	CATOLÉ DO ROCHA
22	13/12/2006	SÃO PEDRO DOS MIGUÉIS	CATOLÉ DO ROCHA
23	02/03/2007	SÍTIO LIVRAMENTO	SÃO JOSÉ DE PRINCESA
24	10/04/2008	COMUNIDADE DE CRUZ DA MENINA	DONA INÊS
25	04/08/2008	DOMINGOS FERREIRA	TAVARES
26	09/12/2008	SUSSUARANA	LIVRAMENTO
27	09/12/2008	AREIA DE VERÃO	LIVRAMENTO
28	09/12/2008	VILA TEIMOSA	LIVRAMENTO
29	05/05/2009	SERRA FEIA	CACIMBAS
30	14/10/2009	SÍTIO VACA MORTA	DIAMANTE

Tabela 3. Relação das comunidades quilombolas do Estado da Paraíba.

Fonte: Fundação Cultural Palmares

Politicamente essas comunidades estão organizadas entorno de associação de moradores. A existência de associação na comunidade é prerrogativa para a sua certificação, dessa forma, aquelas comunidades que não possuíam associação passaram a se organizar na criação e efetivação desse espaço. Em nível de Estado, duas grandes entidades se destacam AACADE e CECNEQ, estas atuam na mobilização das associações entorno de pautas de lutas junto às discussões sobre comunidades quilombolas.

Contudo, podemos perceber que as dificuldades com as regularizações fundiárias das comunidades quilombolas em nível nacional se refletem no Estado da Paraíba de maneira que não há registro de nenhuma titulação de território quilombola. Em entrevista realizada no dia 19 de novembro de 2009 com funcionários do INCRA na Paraíba, do setor responsável pela titulação, nos foi informado que das 30 comunidades certificadas apenas três tem o processo de construção do RTID avançado, que são Pedra D'água, Matão e Engenho Bonfim (MACENA, 2010, p.70).

As Comunidades quilombolas abrigavam algumas dezenas de habitantes, e se localizavam na periferia das cidades, nas margens das estradas ou caminhos próximos a fazendas. A produção variava do extrativismo – nas florestas – economia pastoril, também era envolvidos com a mineração do ouro e a cata de diamantes. Porém, os quilombos que praticavam a agricultura de subsistência, certamente, foram os que mais existiram por longos tempos na Paraíba, a exemplo do Brasil.

De acordo com a Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes do Estado (AACADE), os problemas são semelhantes em todas as comunidades quilombolas espalhadas pelo território paraibano. Juntas, elas somam um contingente populacional de aproximadamente quatro mil famílias e para se ter uma idéia, o déficit habitacional, conforme a entidade é de mais de 300 residências, além de ainda conviverem com a ausência de infraestrutura, total escassez de água e dificuldades no acesso das famílias e de transporte.

Desde o ano de 2003, quando foi instituído o decreto 4887/03, o governo brasileiro designou atenção especial aos grupos quilombolas do país. O artigo 20 da lei, estabelece que:

“Para os fins de política agrícola e agrária, os remanescentes das comunidades dos quilombos receberão dos órgãos competentes tratamento preferencial, assistência técnica e linhas especiais de

financiamento, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infra-estrutura”.

A responsabilidade pela sustentabilidade e a implementação de políticas públicas nos quilombos brasileiros é de responsabilidade dos órgãos federais, estaduais e dos municípios. Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) compete à regularização dos territórios e a defesa dos direitos à terra conquistada pelos quilombolas (OLIVEIRA, 2011, p. 68).

Na Paraíba, dos 27 processos abertos no INCRA para a regularização de territórios quilombolas, o de Pedra D'Água é um dos cinco já publicados nos Diários Oficiais do Estado e da União: Engenho do Bonfim, em Areia; Matão, em Gurinhém; Comunidade Urbana do Talhado, em Santa Luzia e Grilo, em Riachão do Bacamarte.

A missão de regularizar os territórios quilombolas foi atribuída ao INCRA em 2003, com a promulgação do Decreto nº 4.887, que regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata a Constituição Federal em seu Artigo 68.

4 - COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DO GRILO: IDENTIDADES E POLÍTICAS SOCIAIS

Os Quilombos eram uma das formas de resistência do negro escravizado, havia diversos outros modos de ir contra a escravidão, como a guerrilha, insurreições urbanas, as fugas em massa, etc. (MOURA, 1987, p10). Os senhores criavam estratégias diversas para justificar essa dominação, tinham que cristalizar a idéia de que o negro estava abaixo de suas vontades. Uma dessas formas era a de afirmar a inferioridade da população negra, divulgar esse ideal em detrimento da liberdade de indivíduos que possuíam famílias, costumes e tradições antes de ser capturado covardemente e ser transformado em objeto de mercadoria, sendo escravizados.

“O quilombo constitui questão relevante desde os primeiros focos de resistência dos africanos ao escravismo colonial, reaparece no Brasil / republica com a Frente Negra Brasileira (1930/40) e retorna à cena política no final dos anos 70, durante a redemocratização do país. Trata-se, portanto, de uma questão persistente, tendo na atualidade importante dimensão de luta dos afro-descendentes.” (BOAVENTURA, 2007, p.45)

Os remanescentes quilombolas, nas suas “invisíveis” localidades estão conseguindo ser vitoriosos, além da importante vitória jurídica pela legalização de suas terras é o fato de poderem ter sob estudos e pesquisas acadêmicas, histórias de seus costumes e tradições que rememoradas pelos próprios remanescentes quilombolas, a exemplo do que vem acontecendo na comunidade do Grilo.



Figura 1: Vista parcial da comunidade quilombola do Grilo
Fonte de pesquisa - Junho de 2012

Como já foi citada no capítulo anterior, após a publicação da posse da terra e a formação de uma associação que possa reivindicar os direitos, a comunidade de remanescentes quilombolas pode exigir seus direitos em relação aos programas governamentais, à infraestrutura, à assistência médica, à moradia, à educação e aos demais serviços que a comunidade em geral tem acesso.

A missão de regularizar os territórios quilombolas foi atribuída ao INCRA em 2003, com a promulgação do Decreto nº 4.887, que regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata a Constituição Federal em seu Artigo 68.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o estado da Paraíba possui uma quantidade expressiva de comunidades quilombolas, devido ao seu processo de formação e participação ativa dos negros que eram escravizados, como consequência um número elevado de negros que tentaram se refugiar nos quilombos, sendo ao todo 55 comunidades, entre estas estão as regulamentadas e as comunidade em processo de regulamentação.

Sob um lajedo íngreme, de difícil acesso, com uma visão privilegiada de todos os pontos concentrados em seu entorno, uma comunidade remanescente de quilombolas sobrevive na zona rural de Riachão do Bacamarte, Agreste paraibano, tentando preservar seus costumes e tradições, apesar da perda cultural – tragada pelos costumes modernistas – ser uma realidade visível no pequeno povoado. Habitado por 180 famílias, o Quilombo do Grilo ou Comunidade do Grilo como é mais conhecido o lugar, é o recorte da história de um período em que os negros não conheciam a liberdade, a não ser através das fugas e formação dos quilombos.

No Grilo, os moradores não sabem contar quem foi os primeiros habitantes do local. Pelo menos, de onde vieram os primeiros escravos fujões para se esconder nas serras situadas às margens do lajedo. Acredita-se que escravos que viviam nas fazendas de cana-de-açúcar, tanto na Paraíba como de Pernambuco, tenham iniciado a povoação do Quilombo. O mais certo como dizem os idosos, é que eles podem ter vindo dos engenhos próximos, situados em Alagoa Grande ou outras cidades onde o cultivo e a moenda do produto eram comuns. A verdade é que todos que moram no Grilo têm os traços físicos, que denotam seu parentesco com os escravos.

A comunidade recebeu o nome de Grilo, porque, segundo Paquinha, a líder comunitário e vice - presidente da associação, tinha um poço onde as pessoas se aglomeravam para pegar água no tempo da seca e houve uma invasão de grilos que deu origem ao nome. Sendo reconhecida como descendente de quilombolas pelo Ministério da Cultura, desde 12 de maio de 2006.

“A origem do nome comunidade do Grilo, decorre de um poço que as pessoas antigamente vinham buscar água em latas e que ao redor deste poço existiam vários grilos cantando. Daí deu-se o nome comunidade do Grilo, porque as pessoas iam buscar água “lá no grilo” (Informação verbal de um dos moradores mais antigo, Seu Pereira, 70 anos de idade, Junho de 2012).

A controvérsia acerca do local onde se encontrava este poço, foram nos mostrado dois locais relativamente próximos, mas os depoimentos acerca da origem do nome comunidade do Grilo convergem.

Através da observação *in locu*, percebemos as dificuldades: água, infra-estrutura, fator econômico, locomoção até a comunidade, entre outras. Nas cozinhas impera dois mundos, um que é usado fogão de lenha e em outras casas fogão “moderno”. Foram mostrados os quintais das casas, terreiros e suas criações, os quilombolas dispuseram seu tempo para falar conosco acerca de suas memórias, fomos recebidos de forma amigável e respeitosa, o primeiro contato nos deu a oportunidade de conhecer de modo inicial suas histórias e seus limites territoriais.

Numa área muito afastada das cidades, sendo muito difícil chegar até a comunidade, fica no alto de uma serra e a estrada é de terra e muito estreita, o que torna o transporte ida/vinda complicado.

As pessoas continuam afastadas de certa forma da sociedade urbana, pois poucos deles necessitam de ir à cidade, plantam, trabalham e mantêm sua cultura baseadas em táticas de sobrevivência que perpassam de geração a geração garantindo a permanência de suas identidades Quilombolas.

Existem vários aspectos preservados dos costumes de seus entes mais antigos e antepassados, desde as festividades, crenças, música, toda expressão de arte, a culinária que eles tentam resguardar, mesmo com a invasão de novos ingredientes e hábitos.

Por tradição entende-se um conjunto de práticas, seja de natureza, ritual ou simbólica, visa inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM, 1997, p.9).

Uma forma de resguardarem sua cultura e sua ideologia está no cuidado existente em repassar tudo o que os caracterizam e é importante para todas as crianças, para que as mesmas entendam e dê continuidade a luta pela valorização e melhoria da comunidade.

Para as comunidades remanescentes de Quilombos, assim como para o povo negro foram criadas políticas que favorecem a preservação desses povos, são encontrados no Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PLANAPIR. Elaborado pela secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPPIR.

O Plano vai indicar ao governo metas e objetivos a serem perseguidos para a superação das injustiças raciais existentes no país através de ações afirmativas. Nas suas proposições são consideradas as ações da sociedade civil que estão envolvidos nessa enorme luta para superar as iniquidades cometidas contra grupos étnicos em nosso país.

A elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da área de aproximadamente 132 ha, onde vivem 98 famílias remanescentes de quilombo, foi fruto de um contrato firmado em março de 2008 entre o Incra-PB e a PaqTcPB para agilizar o processo de regularização de três comunidades quilombolas do Agreste paraibano, que somam 205 famílias: Matão, no município de Gurinhém, a 67 km de João Pessoa; Grilo, no município de Riachão do Bacamarte, a 98 km da capital paraibana; e Pedra D'Água (MACENA, 2010, p. 58)

O RTID da Comunidade Quilombola Matão foi publicado em novembro de 2009 e o RTID da Comunidade Quilombola Grilo encontra-se em fase de conclusão.

Foi observado que as 98 famílias da Comunidade Quilombola do Grilo se estabeleceram em uma área pequena e com terrenos muito íngremes, o que não impede o plantio de mandioca, feijão, fava, milho, inhame e a criação de gado e galinhas, mas que obriga as famílias a arrendarem terras vizinhas. Muitos laços unem as famílias, como a existência de redes de ajuda mútua entre parentes próximos e compadres

durante os plantios e colheitas e ainda a produção coletiva de derivados da mandioca na casa de farinha.

Grande parte das mulheres da comunidade se dedica ao artesanato, principalmente ao bordado labirinto. Mas, muitas técnicas ancestrais se perderam com o tempo, como a fabricação de utensílios de cerâmica, como potes, vasos e panelas.

4.1 – Identidade e territorialidade da Comunidade Quilombola do Grilo

Este sentimento de pertencer a um grupo e a uma terra é uma forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade, construídas sempre em relação aos outros grupos com os quais os quilombolas se confrontam e se relacionam. Estes dois conceitos são fundamentais e estão sempre inter-relacionados no caso das comunidades negras rurais, pois *a presença e o interesse de brancos e negros sobre um mesmo espaço físico e social revela, no dizer de Bandeira, aspectos encobertos das relações raciais.* (GUSMÃO, op.cit.:14). Estes aspectos encobertos, ao qual o autor se refere, são a submissão e a dependência dos grupos negros em relação à sociedade inclusiva.

A assunção de uma identidade, antes mesmo de garantir direitos e atenção governamental específica, permite ao indivíduo associar-se a um grupo e colocar-se de outra forma perante a sociedade. Assim os quilombolas têm enfrentado as diversas instâncias conservadoras do tecido social, como também têm engrossado a pressão pelo espaço nas políticas públicas.

No caso de comunidades étnicas, a afirmação da identidade e da diferença é em geral necessária para que seus membros individualmente e como grupo, possam ser reconhecidos e dialogar em pé de igualdade com outros grupos e setores da sociedade (LEROY, 1997, p. 253).

Segundo Castells (1999, p. 24), “a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder”. E nas atuais circunstâncias de transição das sociedades modernas para as sociedades em rede, as identidades de resistência – “criadas por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação” – têm se convertido em identidades de projeto – “quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade.”

As comunidades quilombolas são grupos étnicos predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas.

Para terem seus territórios regularizados, as comunidades quilombolas devem encaminhar uma declaração na qual se identificam como comunidade remanescente de quilombo à Fundação Cultural Palmares, que expedirá uma Certidão de Auto-reconhecimento em nome da mesma. Devem ainda encaminhar à Superintendência Regional do INCRA uma solicitação formal de abertura dos procedimentos administrativos visando à regularização.

A regularização do território tem início com um estudo da área para a elaboração do Relatório Técnico que identifica e delimita o território da comunidade. Uma vez publicado o seu resumo nos diários oficiais da união e do estado, notificados os interessados, atendidos os prazos legais para a contestação por parte dos mesmos e para o julgamento destas, o INCRA publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola. A fase final do procedimento corresponde à regularização fundiária, com a retirada de ocupantes não quilombolas através de desapropriação e/ou pagamento das benfeitorias e a demarcação do território.

Ao final do processo, é concedido um título coletivo de propriedade à comunidade em nome da associação dos moradores da área e feito seu registro no cartório de imóveis.

Atualmente, outros 20 processos para a regularização de territórios quilombolas encontram-se em andamento na Superintendência Regional do Incra na Paraíba. De acordo com a presidente da Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro-descendentes da Paraíba (Aacade-PB), Francimar Fernandes, das 35 comunidades remanescentes de quilombos identificadas na Paraíba, 31 já possuem a Certidão de Auto-definição expedida pela Fundação Cultural Palmares.

Segundo Stuart Hall (1999, p. 56) uma identidade cultural enfatiza aspectos relacionados ao nosso pertencimento a culturas étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas, regionais e/ou nacionais.

Ao analisar a questão, este autor focaliza particularmente as identidades culturais referenciadas às culturas nacionais. Para ele, a nação é além de uma entidade política –

o Estado –, ela é um sistema de representação cultural (grifos do autor). Noutros termos, a nação é composta de representações e símbolos que fundamentam a constituição de uma dada identidade nacional.

Segundo Hall (1999, p.57), as culturas nacionais produzem sentidos com os quais podemos nos identificar (grifo do autor) e constroem, assim, suas identidades. Esses sentidos estão contidos em histórias, memórias e imagens que servem de referências, de anexos para a constituição de uma identidade da nação.

Entretanto, o mesmo afirma que vivemos atualmente numa “crise de identidade” que é decorrente do amplo processo de mudanças ocorridas nas sociedades modernas. Tais mudanças se caracterizam pelo deslocamento das estruturas e processos centrais dessas sociedades, abalando os antigos quadros de referência que proporcionavam aos indivíduos uma estabilidade no mundo social.

A modernidade propicia a fragmentação da identidade. Conforme ele, as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade não mais fornecem “sólidas localizações” para os indivíduos. Assim, afirma Hall (1999, p.59) que o que existe agora são descentramento, deslocamentos e ausência de referentes fixos ou sólidos para as identidades, inclusive as que se baseiam numa idéia de nação.

4.2 – A Comunidade Quilombola do Grilo: formação do seu perfil atual

Segundo o Sr. José Pereira da Silva, hoje com 70 anos, morador da comunidade há 60 anos. Em seu relato o mesmo faz a seguinte afirmação:

“O território da comunidade do Grilo faz divisa entre os municípios de Riachão do Bacamarte e Ingá. Esse território pertencia ao Sr. Honório Felix, posteriormente ele loteou toda a extensão e cada morador que comprou seu próprio terreno”.

De acordo com Leonilda Coelho Tenório dos Santos (Paquinha), líder comunitária da comunidade do Grilo, o total de famílias cadastradas são 180, no ano que a comunidade foi certificada eram apenas 50. A divisão por faixa etária dessa população é bem distribuída, mas com predomínio de crianças e adultos, entre estes a maioria são casados, e varia entre 01 e 05 filhos por famílias.

“Eles investem o dinheiro em terrenos próximo a BR, que antes custava 600 reais e hoje está por 5.000 reais. O Grilo foi dividido, antes era Serra Rajada, hoje existe Serra Rajada e a Comunidade do Grilo” (Informação verbal de um dos moradores mais antigo, Seu Pereira, 70 anos de idade, Junho de 2012).

Em contato com a comunidade, foi possível comprovar a atual situação da comunidade quilombola do Grilo e os aspectos que ainda permanecem desde a sua origem, como é possível observar em seqüência.



Figura 2: Perfil da comunidade quilombola do Grilo
Fonte de pesquisa - Junho de 2012

As comemorações realizadas antigamente e ainda presentes mais significativas na comunidade do Grilo são: Dia da Padroeira, em 12 de outubro, onde também se comemora o dia das crianças, o grupo de ciranda que si apresenta até fora da comunidade, além da festa da padroeira, a Nossa Senhora Aparecida, como relata o

livro que foi lançado sobre a história do Grilo, por um grupo da Itália, que realiza pesquisas periódicas na comunidade.

As principais diferenças entre o início dessa comunidade e em relação aos dias atuais se caracterizam pelo fato de no princípio existir muita dificuldade, os quilombolas viviam isolados, não tinha caminhos e nem água, sobreviviam de uns olhos d'água, mas que abastecia toda a comunidade, os quais tinham muitos grilos pequenos.

“No início a comunidade era denominada de Serra Rajada do Américo, e posteriormente ficou conhecida como comunidade do Grilo, a qual foi reconhecida pela CEOP, órgão federal Fundação Palmares” (Informação verbal de um dos moradores mais antigo, Seu Pereira, 70 anos de idade, Junho de 2012).

Atualmente, a maioria vive predominantemente da agricultura, por meios de terrenos arrendados. Muitos ainda não disponibilizam de terra. Existem também aqueles que trabalham alugado por 25 reais o dia.

“A atividade principal da comunidade quilombola do Grilo é predominantemente a agricultura, além dessa atividade existem também aqueles que obtêm sua renda como cortador de cana, funcionário público, vigilante, labirinteira, e também algumas atividades esporádicas (bicos)” (Informação Verbal da líder comunitária Leonilda Santos (Paquinha), junho de 2012).

Depois que a comunidade foi reconhecida, alguns benefícios surgiram, como o Programa Bolsa Família e o programa de cesta básica.

Quando questionado sobre a renda familiar, foi observado que a mesma chega até dois salários mínimos, a maioria possuem uma renda abaixo de um salário mínimo advindo do Programa Bolsa Família, de outro auxílio ou de alguma atividade que forneça alguma renda; em segundo lugar está um número menor de famílias que possuem uma renda de um salário mínimo, são eles aposentados ou agricultores. As demais famílias possuem uma renda de até dois salários mínimos, geralmente são aquelas que têm mais de um beneficiário (aposentados e pensionistas).

“Também não existia assistência do governo, a comunidade não tinha acesso aos meios de transportes próprios, não tinham carros, nem motos, não existiam condições mínimas nem para acesso aos jumentos para o auxílio às atividades cotidianas,

porque não tinha condições” (Informação verbal de um dos moradores mais antigo, Raimundo Santos, 58 anos de idade, Junho de 2012).

Atualmente, na maioria das residências existem um ou mais veículo. Os tipos de locomoção utilizados pelas famílias são: carro, moto, bicicleta e jegue.



Figura 3: A modernização das habitações na comunidade quilombola do Grilo
Fonte de pesquisa - Junho de 2012

Segundo os dados da associação, até o período de realização dessa pesquisa os únicos programas do Governo que a comunidade tinha acesso eram à Bolsa Família e ao Pão e Leite, os quais contribuía com a renda de 62 famílias.

As famílias também recebem o acompanhamento médico por meio do agente de saúde, e todas as famílias recebem essa visita periodicamente.

Em relação às habitações, 77 destas são próprias e apenas três famílias vivem em moradias cedidas, e todas as habitações são de alvenaria. Do total das habitações, todas possuem eletricidade, mas quanto à água, só por meio de cisternas, poços artesianos e captação de água da chuva, já que não existe água encanada.

“Existem dois grupos que subsidiam a comunidade, um da Bélgica e o outro da Itália, em troca desenvolvem suas pesquisas na comunidade. O grupo italiano ajuda com cestas básicas mensais para todas as comunidades quilombolas da Paraíba. O grupo da Bélgica tem um projeto de pesquisa com duração entre 18 e 30 anos, e cerca de duas vezes ao ano eles visitam todos os quilombos do Estado” (Informação Verbal da líder comunitária Leonilda Santos (Paquinha), junho de 2012).

O princípio do apoio não governamental surgiu por meio do ex-padre Luís, que junto ao Projeto Cooperar construíram em torno de 96 cisternas.

Em relação à escolaridade, este é um dos aspectos que ainda tem muito a ser trabalhado, principalmente entre os adultos o qual o nível maior de escolaridade é o ensino fundamental incompleto, e mais de um terço dos pais são analfabetos. Os jovens por sua vez, estão predominantemente inseridos nas diversas séries do ensino fundamental, existe também em escala bem menor a presença de uma parcela no ensino médio e que objetivam dar continuidade aos estudos.

“Tem um grupo escolar, denominado como Manoel Candido Tenório, que funciona o Fundamental I e o EJA á noite, e o Brasil Alfabetizado, que funciona na associação” (Informação Verbal de Raimunda Silva - Professora, Junho de 2012).

Ainda em relação à escolaridade, também existe a presença do Programa Educação de Jovens e Adultos - EJA na comunidade, com o objetivo de acabar com o analfabetismo, e dar novas oportunidades aos jovens e adultos que estão fora da sala de aula e que não terminaram seus estudos.

“Estão 30 alunos matriculados, mas apenas 20 alunos estão freqüentando regularmente, com uma faixa etária entre 10 e 60 anos” (Informação Verbal de Raimunda Silva - Professora, Junho de 2012).



Figura 4: Grupo Escolar Manoel Cândido Tenório
Fonte de pesquisa - Junho de 2012

A questão religiosa ainda é muito forte na comunidade. Atualmente a religião que predomina é a religião católica, mas existe o fortalecimento da religião evangélica, presente através da Igreja Assembléia de Deus.



Figura 5: Capela da comunidade quilombola do Grilo
Fonte de pesquisa - Junho de 2012

“Antes das igrejas, havia um terreiro de candomblé, a mãe de santo era sogra de Paquinha. Os mais velhos que praticava a umbanda morreram e os mais jovens não quiseram dar continuidade” (Informação Verbal de Maria da Conceição, 45 anos de idade, Junho de 2012).

Os moradores mais velhos se identificam como quilombola, mas existem alguns mais jovens que não aceitam serem quilombolas, e não querem nem dizer que mora na comunidade do Grilo e sim em Serra Rajada sitio vizinho.

Existiam muitos preconceitos por parte dos moradores do Riachão, em relação aos moradores desse quilombo. Esse fato ficava mais visível principalmente no período das festividades locais. Hoje essa realidade mudou as festas municipais, do governo estadual, festa de padroeira, ou seja, todas as festas na cidade é vista com outros olhos, existindo maior integração.

Quando citado preconceito, a líder afirma que ainda existe muito na comunidade, relata:

“... recentemente uma das moradoras sofreu preconceito por parte de um professor de matemática, por conta de uma blusa da farda, chamou a aluna de negra pobre, sendo sempre citada não pelo nome, mas assim como denominava todos os moradores, a

chamava de Negra do Grilo” (Informação Verbal da líder comunitária Leonilda Santos (Paquinha), junho de 2012).

A líder também relatou em sua entrevista, que ainda sofre ameaça por parte dos fazendeiros, pois o INCRA desapropria terras pertencentes aos fazendeiros e que inclusive a área dos quilombolas está à venda.

Como referência musical dessa comunidade, existe hoje uma banda de forró da comunidade chamada Fera Livre, a qual já se apresentou em diversos lugares fora da comunidade.



Figura 6: Publicidade da Banda Forrozão Fera Livre, original da Comunidade do Grilo.
Fonte de pesquisa - Junho de 2012

Na comunidade do Grilo, hoje moradores compram roupas de marcas, sandálias e tem casas com três carros ou motos. Por outro lado, novos problemas também surgiram, já está chegando drogas na comunidade.

A modernidade também está chegando, já está inserida uma antena de internet, falta apenas ser instalada, e a comunidade está planejando aula de informática para oferecer para os jovens da comunidade.

“Era muito difícil, vivíamos isolados, não tinha caminhos e nem água. Só tinha um olho d’água pequeno, mas que abastecia toda a comunidade. E esse nome Grilo si deu justamente por esse olho d’água que ... Não tínhamos assistência do governo, a situação financeira era muito ruim. Sem falar do preconceito que a gente sofria, não podia freqüentar nem uma festa no Riachão e quando

a gente chegava, as pessoas saiam de perto” (Informação Verbal de José Firmino, 72 anos de idade, Junho de 2012).

De acordo com o levantamento, mesmo com tanto tempo de existência, a comunidade ainda sofre com a falta de maior assistência médica, segurança, serviços de correios, saneamento básico e infraestrutura.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio ao término da pesquisa em questão foi possível observar que o movimento quilombola atual está diretamente relacionado com o reconhecimento da sua identidade e com a sua territorialidade.

A valorização de sua origem e o fortalecimento da sua identidade também é outro aspecto a ser trabalhado e que preocupa pelo fato de muitos dos jovens não se reconhecerem. Este fato vem se fortalecendo por ser uma exigência para o processo de reconhecimento e titulação das comunidades remanescentes quilombolas, o que é muito trabalhado entre os jovens, para que suas origens não se percam com o tempo.

Foi observado também, que a definição de comunidade isolada, para os remanescentes quilombolas, é um conceito a ser discutido, pois a exemplo da comunidade do Grilo, mesmo sendo situada em área de difícil acesso e distante da cidade, mas com os meios de transporte e a internet, a comunidade cada vez mais está interagindo com os demais habitantes.

Ao analisar a comunidade quilombola do Grilo, percebemos que estas enfrentam diversos problemas, e alguns deles vêm acompanhando os novos padrões da sociedade como um todo. A inserção da modernização em alguns aspectos na comunidade do Grilo trouxe vários benefícios à população como facilitar o seu deslocamento, mas por outro lado, trouxe de negativo a reprodução de alguns problemas da sociedade geral do município do Riachão do Bacamarte, como é o caso das drogas, o qual foi citado por diversos dos seus moradores e que mostraram grande preocupação com o futuro dos jovens da comunidade.

Outro aspecto observado é que mesmo com tanto tempo passado, ainda ocorre a marginalização desses grupos sociais na sociedade. Como essa comunidade é majoritariamente negra, por muitas vezes são ignorados pela sociedade. Em alguns momentos o preconceito é ainda mais visível, e já aconteceu de alguns serem constrangidos

Em relação à infraestrutura e serviços a comunidade sofre com a precariedade das vias de acesso à comunidade o sucateamento do abastecimento de água, ausência de um posto de saúde próximo e até mesmo do serviço de telefone público.

Assim é legítimo afirma que na comunidade do Grilo, ainda é forte as seqüelas de origem escravocrata, o que explica que ainda hoje a comunidade sofre com um tratamento diferenciado dos demais habitantes.

6. REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. & PEREIRA, A. A. **Histórias do Movimento Negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.
- ARRUTI, J. M. **Mocambo: Antropologia e História do Processo de Formação Quilombola**. Bauru: Edusc, 2006.
- BARCELLOS, D. M. de *et al.* **Comunidade negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programas. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2003**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/assistenciaticna/>. Acesso em: 10 abr. 2011.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 3º ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
- LEROY, J-P. **Da comunidade local às dinâmicas microrregionais na busca do desenvolvimento sustentável**. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. (Org.). *A geografia do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. p. 248-256.
- LIMA, A. C. de. **Levantamento Socioeconômico da Comunidade Negra e Quilombola: Comunidade do Grilo**. Riachão do Bacamarte: CEOP, 2008.
- MACENA, H. L. dos S. **Acesso às políticas públicas pelas comunidades quilombolas na Paraíba**. Monografia de Graduação em Bacharel em Geografia pela - UFPB, João Pessoa, 2010.
- MELO, Josemir Camilo; NÓBREGA, Joselito Eulâmpio. **Quilombo do Talhado em Santa Luzia-PB: uma auto-identidade quilombola ou um processo identitário construído pelo outro?** [S.I.: s.n.], 2006
- MOURA, C. (Org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: Edufal, 2001. p.13-20.
- MUNANGA, K. & GOMES, N. L. **O Negro no Brasil de hoje**. São Paulo:Global, 2006.
- RODRIGUES, N. **Africanos no Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 1977. (Temas Brasileiros, 40).
- VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA
ALUNA: REJANE DA SILVA BARROS

QUESTIONÁRIO

1. Como eram as comemorações antigamente aqui na comunidade do Grilo?

No seu início a comunidade festeja o dia da Padroeira Nossa Senhora Aparecida, em 12 de outubro, onde também se comemora o dia das crianças, (a líder comunitária Leonilda Santos (Paquinha), junho de 2012)

2. Quais são as comemorações que permanecem até os dias atuais?

As comemorações nos dias atuais ocorrem no dia da Padroeira, em 12 de outubro, com a apresentação do grupo de ciranda. (Raimunda Silva - Professora, Junho de 2012)

3. Quais mudanças vêm ocorrendo desde que a comunidade do Grilo foi reconhecida como quilombola?

Melhorias na infraestrutura, com a construção de um grupo escolar, a associação, energia, e recentemente chegou uma antena para internet para que os alunos possa ter aula de informática . (Raimunda Silva - Professora, Junho de 2012)

4. Quanto aos moradores eles se identificam como quilombola?

Os mais velhos sim mas tem aqueles jovens que não querem ser moradores aqui da comunidade e dizem até que moram em Serra Rajado que e o sitio vizinho e não aqui no Grilo. (Seu Pereira, 70 anos de idade, um dos moradores mais antigo, Junho de 2012).

5. Ainda existe preconceito por parte do povo do Riachão com os moradores desse quilombo?

Sim. Ainda existe muito preconceito, a exemplo recentemente uma das moradoras sofreu preconceito por parte de um professor de matemática, por conta de uma blusa da farda, chamou ela de negra pobre, sendo sempre citada não pelo nome, mas assim como

denominava todos os moradores, a chamava de Negra do Grilo” (A líder comunitária Leonilda Santos (Paquinha), junho de 2012).

6. Qual a religião predominante aqui na comunidade? É a mesma de antigamente?

Não, antes havia um terreiro de candomblé, a mãe de santo era sogra de Paquinha. Os mais velhos que praticava a umbanda morreram e os mais jovens não quiseram dar continuidade. Atualmente predomina a igreja católica e também é muito crescente o número de evangélicos. (Maria da Conceição, 45 anos de idade, Junho de 2012)

7. Tem alguma música que podemos citar como referência dessa comunidade?

Não existe uma música específica, mas temos um grupo musical que toca forró chamado de Feras do Forró, e que se apresenta também fora da comunidade. (Maria da Conceição, 45 anos de idade, Junho de 2012)

8. O (a) Senhor (a) participou do processo de busca de reconhecimento da comunidade quilombola?

Sim. Respondi algumas perguntas sobre a comunidade sobre os moradores e principalmente como surgiu esse quilombo.(Seu Pereira, 70 anos de idade, Junho de 2012)

9. Há quanto tempo o (a) Senhor (a) mora na comunidade?

Já moro aqui a 50 anos na comunidade e antes as coisas era muito difícil,hoje esta uma maravilha, tem o governo que dar uma ajuda tem os grupos de fora que ajuda também,o pessoal que sempre vem fazer pesquisa aqui na comunidade e mudou muito pra melhor graças a Deus. (Seu Pereira, 70 anos de idade, Junho de 2012).

10. Existe algum tipo de brincadeira que era praticado antes e que permanece até hoje? Qual?

Tem um grupo de ciranda, que existe desde que agente chegamos aqui e que si apresente tanto aqui na comunidade como fora. (Seu Pereira, 70 anos de idade, Junho de 2012).

